

Oxigênio para revitalizar a estagnada economia brasileira

Frear o "superaquecimento" pode também impedir o desenvolvimento

por David Asman
do The Wall Street Journal(*)

Para ilustrar a mudança do estado de espírito na política brasileira, Miguel Jorge, vice-presidente da Volkswagen do Brasil, explica o novo fenômeno da "guerra tributária" entre os estados brasileiros. "Cada vez que uma grande companhia anuncia sua intenção de abrir uma nova fábrica, os governadores brasileiros tentam superar-se uns aos outros, para oferecer os incentivos fiscais mais atraentes. Recentemente, um governador entrou em nossos escritórios parecendo um da-

Ainda existe o persistente desejo de controlar o mercado

queles vendedores de eletrônicos da rua 42 de Nova York. 'Não quero desperdiçar o seu tempo', ele disse. 'Encontrem a melhor oferta, e eu vou superá-la'". "O que é incrível é que o governador era um membro do Partido dos Trabalhadores, conhecido mais por sua devoção à redistribuição da renda do que à criação da riqueza. Até mesmo os socialistas têm descoberto que os incentivos importam."

Sim, o Brasil mudou. Controle de preços, nulismo monetário, rígida adesão às substituições de importações e uma inflexível recusa em privatizar até mesmo as mais ineficientes empresas estatais finalmente deram passagem aos imperativos do mercado. O modelo estatista finalmente exauriu até mesmo a capacidade da economia subterrânea de absorver os efeitos danosos de oito anos de hiperinflação. Depois de uma década de crescimento estagnado, o PIB brasileiro cresceu 5,7% no ano passado para US\$ 480 bilhões. E graças a uma política financeira mais responsável (embora ainda mal definida), a inflação anual do Brasil deve terminar em cerca de 25% neste ano, depois de nove anos de inflação anual de mais de 1.000%.

O presidente Fernando Henrique Cardoso, que foi ministro da Fazenda antes de ser empossado como presidente em janeiro, e sua equipe econômica altamente competente merecem grande parte do crédito por encaminhar o Brasil para fora de seu rígido modelo de coman-

do econômico. De fato, eles estiveram nos Estados Unidos recentemente, para mostrar o "novo milagre brasileiro".

No entanto, o "milagre brasileiro" consiste primariamente do abandono apenas dos mais deturpados dos antigos mecanismos. Ainda não significa a criação de agressivos modelos de crescimento do tipo visto no Chile, na Argentina ou no Peru. Na verdade, ainda existe - até mesmo entre a equipe econômica de Cardoso - o persistente desejo de controlar as forças da oferta e da demanda.

Até mesmo o alardeado plano monetário antiinflação - que basicamente fixou o real ao dólar e o lastreou com US\$ 40 bilhões em reservas - enfrentou dificuldades em março quando o governo reagiu ao desequilíbrio no comércio exterior ao avaliar as reações para uma desvalorização. O governo perdeu rapidamente US\$ 4 bilhões em reservas, viu um outro México ao desfazer o que havia feito, dizendo que a desvalorização jamais fora uma possibilidade séria.

A atual predileção do governo pelo controle é encontrada em suas tentativas de domar o "excesso" de demanda. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, explicou para o público em Nova York que a maior ameaça à estabilidade econômica do Brasil era "uma economia superaquecida". Os brasileiros que trabalham - 60% dos quais (50 milhões) recebem apenas o salário mínimo de menos de US\$ 100 por mês - estavam, segundo Malan, consumindo demais e levando a um déficit comercial de quatro meses de duração.

Para domar esses avaros brasileiros, a equipe de Malan impôs no mês passado uma taxa de 70% sobre a importação de "apenas" 109 itens, afetando primariamente veículos e produtos eletrônicos. Quando se pergunta o porquê disso a Malan ou membros de sua equipe, se eles estavam tão preocupados com o desequilíbrio comercial, por que não rebaixaram os custos de exportação em vez de penalizar as importações, eles dizem que demora muito tempo até que os exportadores respondam aos incentivos. Além do mais, um aumento nas tarifas era preferível à desvalorização, não era?

Bem, sim, mas este não é o

ponto, dizem vários produtores brasileiros. "O balanço diário das transações estrangeiras é analisado como se estivéssemos numa unidade de terapia intensiva, em que a situação do paciente é crítica e todos os sintomas e reações corporais têm que ser constantemente seguidos", afirma Roberto Teixeira da Costa, presidente de uma empresa de serviços financeiros sediada em São Paulo. "As árvores se tornaram mais importantes do que a floresta... O novo princípio norteador parece ser 'felicidade é uma balança comercial positiva!'".

A floresta à qual Teixeira se refere é o crescimento. E, embora as estatísticas de 1994 tenham sido impressionantes, o governo Fernando Henrique parece estar completamente alarmado com o aumento do consumo e do crescimento econômico, que poderiam levar à alta da inflação. Na verdade, sempre que o Brasil começa a dar grandes passos em direção ao desenvolvimento de acordo com seu potencial, o governo se apressa a impedir o crescimento, com medo do "superaquecimento".

O medo da inflação é perfeitamente inteligível. Mas o governo ainda vê o foco do problema nos preços do mercado, em lugar de centrado

O foco do problema são os gastos irresponsáveis do governo

no gasto irresponsável do governo. As autoridades contra-argumentam que administraram um responsável superávit primário de 3,9% e um operacional de 0,3% em 1994. Mas um aumento de 40% na receita tributária somente no último trimestre (a coleta total de 1994 respondeu por cerca de 25% do PIB) pode cobrir muito dinheiro mal gasto. E mesmo funcionários do governo admitem desperdícios, particularmente por parte de governos estaduais.

"O Banco do Estado de São Paulo (Banespa) tinha mais de 1.300 diretores, cada um recebendo US\$ 100 mil por ano", diz Emerson Kapaz, desde janeiro secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento do Estado de São Paulo. "Esse tipo de administração irresponsável - sem falar nos empréstimos

concedidos como favores políticos - levou o Banespa a uma dívida de cerca de R\$ 10 bilhões (mais ou menos US\$ 11 bilhões), em um total estadual de R\$ 49 bilhões. Certamente, a quantidade de dólares do nosso problema é maior (São Paulo detém cerca de 35% do PIB do País), mas a mesma situação pode ser encontrada na maioria dos demais estados."

A nomeação de Kapaz, que na qualidade de proprietário de uma empresa de brinquedos havia liderado um movimento sobre regulamentação e cobrança excessiva de impostos de pequenas e médias empresas, sinaliza o tipo de mudança positiva que está tendo lugar em muitos níveis no governo do Brasil. Mas as raízes da cultura de estatística sobre a economia do Brasil são bem fincadas e se tornaram tão institucionalizadas que será difícil para até mesmo os funcionários governamentais mais audaciosos mudar as coisas rapidamente, particularmente se as autoridades federais ainda são suspeitas sobre a orientação das tendências do mercado.

"Há também os problemas constitucionais", diz Kapaz. "Nós podemos atribuir muitos dos problemas internos à administração. Mas muitos dos problemas estruturais são de responsabilidade da Constituição de 1988." Dessas atribuições constitucionais fazem parte o controle governamental das telecomunicações, as pesadonas leis trabalhistas, muitos dos pelo menos 59 diferentes impostos, e um programa de seguridade social bastante endividado, que os funcionários do governo dizem que querem privatizar de acordo com o modelo chileno.

Com todos os potenciais obstáculos, entretanto, o estado de espírito no Brasil é definitivamente de esperança. "Coletivamente, nós brasileiros fomos presos num quarto hermético o tempo suficiente, de forma que apenas uma leve aragem de oxigênio é suficiente para nos fazer sentir atordoados", diz o hotelero Roberto Maksoud. "Comparado com o que nós tínhamos, está excelente. Mas nós ainda estamos apenas conseguindo cerca da metade do oxigênio de que necessitamos para respirar livremente."

(*) Reproduzido com a permissão do The Wall Street Journal. Copyright Dow Jones - 1995. Todos os direitos reservados no mundo.